



**AgEcon** SEARCH  
RESEARCH IN AGRICULTURAL & APPLIED ECONOMICS

*The World's Largest Open Access Agricultural & Applied Economics Digital Library*

**This document is discoverable and free to researchers across the globe due to the work of AgEcon Search.**

**Help ensure our sustainability.**

Give to AgEcon Search

AgEcon Search  
<http://ageconsearch.umn.edu>  
[aesearch@umn.edu](mailto:aesearch@umn.edu)

*Papers downloaded from **AgEcon Search** may be used for non-commercial purposes and personal study only. No other use, including posting to another Internet site, is permitted without permission from the copyright owner (not AgEcon Search), or as allowed under the provisions of Fair Use, U.S. Copyright Act, Title 17 U.S.C.*

**O PLANEJAMENTO PARTICIPATIVO COMO INSTRUMENTO DO  
DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL. O CASO DO ASSENTAMENTO  
DANDARA DOS PALMARES - CAMAMU/BA.**

**SÉRGIO RICARDO REZENDE;**

**INCRA**

**SALVADOR - BA - BRASIL**

**sergio.rezende@sdr.incra.gov.br**

**APRESENTAÇÃO SEM PRESENÇA DE DEBATEDOR**

**REFORMA AGRÁRIA E OUTRAS POLÍTICAS DE REDUÇÃO DA POBREZA**

**O PLANEJAMENTO PARTICIPATIVO COMO INSTRUMENTO DO  
DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL. O CASO DO ASSENTAMENTO  
DANDARA DOS PALMARES – CAMAMU/BA.**

**Grupo de Pesquisa : Reforma Agrária e Outras Políticas de Redução da Pobreza**

**Resumo**

A visão hegemônica do que seja desenvolvimento ainda tem uma forte dimensão etnocentrista, onde o modelo de sociedade e o estilo de vida ocidental, de caráter produtivista e consumista, continua sendo o referencial para traçar a linha divisória entre desenvolvidos e subdesenvolvidos. Porém, principalmente a partir da metade da década de 80, um novo enfoque passa a fazer parte do desenvolvimento: a sustentabilidade. O fator que mais diferencia o modelo de desenvolvimento convencional para o sustentável é a capacidade deste último de estar mais próximo da realidade uma vez que utiliza uma abordagem sistêmica multidimensional, que valoriza o conhecimento e a identidade local. Especificamente em relação à agricultura, diversos autores tem defendido a agroecologia como caminho para se atingir a sustentabilidade, pois ela abre a porta para o desenvolvimento de novos paradigmas, não só porque incorpora uma nova relação entre agricultura e ecologia, mas também porque valoriza o conhecimento local e empírico dos agricultores, a socialização desse conhecimento e sua aplicação ao objetivo comum da sustentabilidade. Verificou-se que o Plano de Desenvolvimento Sustentável do Assentamento Dandara dos Palmares serviu para iniciar as discussões e pensamentos sobre os caminhos para se alcançar uma agricultura sustentável. Porém, para se avançar, é preciso antes uma articulação do que foi proposto no Plano com a capacitação dos atores envolvidos, em especial da comunidade, além da garantia de uma assistência técnica apropriada, do desenvolvimento de tecnologias, destinação de créditos e outras políticas públicas, os quais devem incorporar a visão agroecológica.

Palavras chaves: Agricultura Sustentável, Agroecologia, Reforma Agrária

## 1. Introdução

As discussões que tratam das alternativas sustentáveis de desenvolvimento, as quais se iniciam a partir da década de 60, sempre estiveram em busca de referenciais teóricos que fundamentassem as suas proposições, garantindo assim credibilidade e aceitação.

Em especial para o setor agrícola e rural, diversas são as correntes que servem de embasamento para a construção do conceito da “agricultura sustentável”. No geral, com poucas divergências, todos buscam, em uma perspectiva ampla, integrada e a longo prazo, diminuir ou eliminar os impactos ambientais, ao mesmo tempo que almejam soluções para os atuais problemas do sistema alimentar, reduzindo os índices de miséria e de fome, estabelecendo uma ética social mais igualitária, melhorando a qualidade do ambiente, da vida dos agricultores e da sociedade (EHLERS, 1999).

O presente estudo tem por objetivo analisar se o Plano de Desenvolvimento Sustentável do Assentamento- PDSA tem contribuído para uma agricultura sustentável no Projeto de Assentamento (PA) Dandara dos Palmares, tendo como parâmetro os princípios da agroecologia, principalmente no que tange à uma maior consciência ambiental.

A pesquisa se justifica, pois, uma vez que o objetivo principal da elaboração do PDSA é dar condições para as comunidades, juntamente com os diversos atores que atuam nos assentamentos, atingirem uma agricultura sustentável, é necessário verificar até que ponto isto vem ocorrendo.

A escolha do PA Dandara dos Palmares foi realizada em função deste ser reconhecido como um projeto que tem realizado significativos avanços na introdução de práticas agroecológicas.

## 2. Desenvolvimento, Sustentabilidade e a Agroecologia

A conceituação pioneira do termo desenvolvimento provém das Ciências Naturais em meados do século XVIII, quando se introduziu a noção de desenvolvimento como o avanço de um ser até formas mais perfeitas. Assim, nesta visão, desenvolvimento significa “*um incremento das potencialidades de uma identidade, seja esta biológica ou social, permitindo o alcance de um estado superior, tanto quantitativo, quanto qualitativamente*” (GUZMAN et al., 2000, p.115).

Todavia, ao fazermos um estudo de diversos trabalhos que tratam do tema, percebemos que poucos arriscam um maior detalhamento sobre sua conceituação, quase sempre tomando a premissa de que o mesmo será bem entendido por aqueles que pretendem alcançá-lo, tendo já incorporado certa noção de “avanço”, “da necessidade de se atingir um estado superior”. Mas, como na sua maioria estes trabalhos são elaborados tendo como alvo países do Terceiro Mundo, o desenvolvimento passa então a ser definido pela negação, ou seja, é tudo aquilo que *não somos* ou o que *ainda não atingimos*.

Percebendo esta ambigüidade, e deixando claro que os caminhos que levam ao desenvolvimento ou ao “incremento das potencialidades” devem antes passar pela ampliação das oportunidades de escolha, Amartya Sen (2000, p.10), conceitua que o desenvolvimento nada mais é que “... a eliminação de privações de liberdades das pessoas de exercer

*ponderadamente sua condição de agente” sendo cruciais “as oportunidades econômicas, liberdades políticas, facilidades sociais, garantias de transparência e segurança protetora”.*

Entretanto, apesar do avanço da proposta de Amartya Sen e, embora Petersen (1996) também alegue que os parâmetros que determinam o que seja desenvolvimento são culturalmente construídos e dependem das experiências de vida de cada grupo ou comunidade, o que se observa é que a visão hegemônica ainda tem uma forte dimensão etnocentrista, onde o modelo de sociedade e o estilo de vida ocidental, de caráter produtivista e consumista, continua sendo o referencial para traçar a linha divisória entre desenvolvidos e subdesenvolvidos.

Sob este enfoque, a dimensão econômica prevalece dentro do conceito de desenvolvimento e o “progresso” se materializa no processo no qual produzir, consumir e acumular é a tônica.

Na contra mão desta corrente, desde o início do sec. XX, alguns movimentos, chamados por Ehlers (1999) de “rebeldes”, já questionavam o caráter economista dado ao padrão de desenvolvimento em curso e alertavam para os riscos por ele apresentado, principalmente quanto à degradação ambiental e a injustiça social.

Contudo, é somente a partir das décadas de 60 e 70 que tais movimentos começam a ganhar força, fruto das preocupações crescentes com a possibilidade de auto-extermínio da humanidade, tanto pela proliferação das armas nucleares após a segunda guerra mundial, quanto pelos crescentes danos causados ao meio ambiente pelo citado modelo de desenvolvimento, como poluição generalizada, desmatamentos, contaminação dos organismos vivos por produtos tóxicos, entre outros, culminando com uma incorporação dos componentes ambientais e sociais ao conceito de desenvolvimento. Nessa época, Schumacher (1973, p.18), numa obra já clássica, escreveu:

*... cumpre-nos entender perfeitamente o problema e começar a ver a possibilidade de criar um novo estilo de vida, dotado de novos métodos de produção e novos padrões de consumo; um estilo de vida planejado para ser permanente.*

Assim é que, na segunda metade da década de 80, um novo enfoque passa a fazer parte do desenvolvimento, transformando-se em um ideal a ser perseguido: a sustentabilidade, resgatando o ideal da permanência à qual se referia Schumacher.

Oficialmente, o termo se consolida em 1987 com a publicação do *Relatório Brundtland* pela Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, segundo o qual o desenvolvimento sustentável é aquele que satisfaz as necessidades da geração presente, sem prejudicar as futuras gerações de satisfazerem as suas próprias necessidades, realçando o entrelaçamento da economia, tecnologia, política e sociedade em sua base. A partir de então, inserem-se as variáveis ambientais e sociais que, juntamente com a econômica, se tornarão peças obrigatórias em qualquer projeto de desenvolvimento, originando um grande número de visões e conceitos do “sustentável”, mas sempre baseados no tripé econômico-social-ambiental (BRUSEK, 2001).

Sobre este ponto, Müller (2001, p.32), expressa: “*se existe unanimidade quanto à necessidade de repensar o atual modelo de desenvolvimento e agricultura, o mesmo não pode ser dito quanto ao significado da sustentabilidade e, desta forma quanto aos critérios para sua operacionalização*”.

Buscando melhor discutir e ampliar o termo, Ignacy Sachs (2000), sugere uma série de critérios sobre os quais a sustentabilidade deve se fundamentar. Tais critérios são apresentados a seguir de modo resumido:

- **Social:** buscar a homogeneidade social e a equidade, promovendo distribuição de renda e acesso a recursos e serviços sociais, dignificando a qualidade de vida;
- **Cultural:** equilibrar o respeito à tradição e a inovação, opondo-se a copiar de modo servil os modelos alienígenas de desenvolvimento, procurando combinar autoconfiança e abertura para o mundo;
- **Ecológica/ambiental:** preservar os recursos naturais, limitando o uso de recursos não-renováveis, respeitando os limites de renovação e autodepuração dos ecossistemas naturais;
- **Territorial:** diminuir ou evitar as diferenças inter-regionais, buscando contrabalançar o rural e o urbano, ao mesmo tempo em que se procura proteger áreas ecologicamente frágeis;
- **Econômico:** buscar o desenvolvimento econômico dos diversos setores de modo equilibrado, priorizando a segurança alimentar, e modernizar os meios de produção a partir de pesquisa tecnológica e científica que levem à inserção de forma soberana na economia internacional;
- **Político:** nacionalmente, deve-se promover a democracia com base nos direitos humanos e com ampla participação e coesão social. Já no âmbito internacional, a paz deve ser priorizada, juntamente com cooperação Norte-Sul no sentido de se alcançar maior igualdade. Paralelamente, visar um controle institucional do sistema financeiro internacional e na proteção dos recursos ambientais.

Sendo assim, é possível verificar que o fator que mais diferencia o modelo de desenvolvimento convencional para o sustentável é a capacidade deste último de estar mais próximo da realidade uma vez que utiliza uma abordagem sistêmica multidimensional, que valoriza o conhecimento e a identidade local. Já o modelo desenvolvimentista valoriza a universalidade, transferência e replicação de tecnologias, desprezando a particularidade e as forças criativas locais. Configuração esta que, embora seja apropriada até certo ponto à indústria e, em menor escala, ao setor de serviços, na agricultura causa sérios impactos ambientais e sociais, como, por exemplo, a transferência de pacotes tecnológicos da Revolução Verde<sup>1</sup>, principalmente para países tropicais e subtropicais.

Portanto, qualquer discussão que se faça sobre desenvolvimento sustentável deve passar antes pela discussão de uma “agricultura sustentável”, uma vez que este é um dos setores mais atingidos pelas idéias do modelo desenvolvimentista, sofrendo os impactos ambientais e, principalmente nos países do Terceiro Mundo, sociais. Além disso, fica patente que a sustentabilidade passa pela valorização da identidade local, contrapondo-se ao universalismo do desenvolvimentismo.

De acordo com Buarque (1998, p.9), desenvolvimento local “*é um processo endógeno registrado em pequenas unidades territoriais e agrupamentos humanos, capaz de promover o dinamismo econômico e a melhoria da qualidade de vida da população*”, sendo associado normalmente, “*a iniciativas inovadoras e mobilizadoras da coletividade, articulando as potencialidades locais nas condições dadas pelo contexto*”.

Ao estudar os caminhos para se atingir o desenvolvimento local, alguns autores, como Guzman, sugerem assimilar as propostas da agroecologia a qual, “*se baseia no descobrimento, sistematização, análise e potencialização dos elementos de resistência locais*”.

---

<sup>1</sup> Processo iniciado entre o final da década de 60 e início da década de 70 que preconizava o aumento da produtividade agrícola a partir do uso de variedades geneticamente melhoradas muito exigentes em adubação química, agrotóxicos, irrigação e motomecanização. Este conjunto de tecnologias, também chamado de “pacote tecnológico”, foi irradiado dos EUA e Europa a partir dos grandes avanços da indústria agrícola e das pesquisas nas áreas química, mecânica e genética, substituindo os modelos tradicionais e locais de diversas partes do planeta (EHLERS, 1999).

*ao processo de modernização, para, através deles, desenhar, de forma participativa, esquemas de desenvolvimento definidos desde a própria identidade local do etnoecossistema concreto em que nos encontramos”* (Guzman et al, 2000, p. 139).

O movimento agroecológico reúne diversas vertentes. Uma delas vem das metodologias de estudo de agrossistemas bastante difundidas nos Estados Unidos, cuja origem advém do início do século XX, quando a ecologia e a agronomia, até então ciências bastante divergentes, iniciam um processo de aproximação, sendo que, já na década de 30, era proposto o nome agroecologia como a ecologia aplicada à agricultura. Contudo, sua real incorporação no sistema de pesquisa norte-americano só ocorreria a partir dos anos 80, com a maior ênfase nas pesquisas sobre o Manejo Integrado de Pragas (MIP), o ciclo de nutrientes e as sucessões ecológicas.

A segunda vertente, que também ganhou destaque no início da década de 80, surgiu com base no estudo de produções tradicionais e indígenas, incorporando de forma progressiva as reflexões das ciências sociais ao movimento agroecológico. Neste enfoque merece destaque a corrente conhecida como neo-populismo ecológico, que resgatando o pensamento de Chayanov, utiliza categorias como a importância da especificidade camponesa, a idéia do desenvolvimento de baixo para cima e um certo potencial anticapitalista determinado pela racionalidade econômica dos camponeses (CAPORAL & COSTABEBER, 2000).

Nesta linha sócio-antropológica, alguns autores também destacam o significado da cultura dos povos indígenas no sentido de resgatar a rica simbologia e sistemas rituais destinados a controlar o uso da terra e codificar os conhecimentos agrários dos povos que não conheciam a escrita. Há nesta visão uma clara crítica ao caráter etnocêntrico e preconceituoso da ciência moderna, como também o caráter atomista e mecanicista do pensamento ocidental.

Por último, é reconhecido que a agroecologia se nutre também do enfoque termodinâmico da economia, cuja noção de sustentabilidade se associa à necessidade de considerar o balanço energético dos sistemas produtivos.

Desta forma, num conceito amplo, Altieri (2000) define Agroecologia como uma abordagem agrícola que incorpora cuidados com o meio ambiente e as questões sociais, enfocando não somente a produção, mas também a sustentabilidade ecológica, adaptando as plantas ao meio e protegendo-as contra competidores e predadores com soluções locais e conhecimento descentralizado.

A base para o desenvolvimento da agroecologia é considerar que a agricultura também é um ecossistema, o qual é denominado agroecossistema, sendo seu equilíbrio determinado por fatores ambientais, bióticos e sócio-econômicos, os quais agem na busca de um balanceamento dos riscos ambientais e econômicos, procurando manter a base produtiva ao longo do tempo. Sendo ponto crucial para a sua implantação, métodos de diagnóstico e planejamento participativo que captem a percepção popular dos ambientes e permitam ao agricultor reconhecer, avaliar e indicar as soluções para os problemas.

Dentro dos movimentos que pregam um modelo “alternativo” de agricultura existem várias correntes e movimentos, como a agricultura orgânica, natural, biodinâmica, biológica e a permacultura. Tais visões possuem diversos pontos convergentes como a defesa de adubos orgânicos, seja de natureza vegetal ou animal, a diversificação de cultivos, o consórcio e o controle biológico de pragas e doenças. A razão da existência desta multiplicidade de movimentos pode ser atribuída ao fato delas se originarem em locais e épocas diferentes, bem como pela vinculação de alguns deles com determinadas correntes filosóficas, como, por exemplo, a agricultura biodinâmica, a qual está relacionada ao movimento antroposofico.

Dentre estes enfoques, a permacultura, cuja origem é atribuída aos australianos Bill Mollinson e David Holmgren na década de 70, por ser um sistema de manejo permanente, é a mais indicada para o manejo de agroecossistemas tropicais e subtropicais. A metodologia para sua implementação propõe a implantação e manutenção consciente de sistemas produtivos

que procuram reproduzir a diversidade, a estabilidade e a resistência dos ecossistemas naturais (SOARES, 1998).

A partir deste princípio, Vivan (1998), propõe um sistema de agricultura regenerativa, o qual busca manejar a sucessão de espécies, sem prejuízo da biodiversidade natural, criando condições de tempo e espaço físico para espécies cultivadas e naturais de interesse para o agricultor.

Ainda segundo o autor, para que este sistema seja implantado com sucesso, “... *os fatores culturais, sociais e econômicos devem ser desvendados e analisados tendo como mediador a base de recursos naturais que os sustenta*” (VIVAN, 1998, p. 94), e complementa com a afirmação de que as transformações propostas só podem ser realizadas e viabilizadas de modo permanente e progressivo, caso haja participação ativa das populações envolvidas.

Sendo assim, percebe-se que a agroecologia vem se tornando um importante ramo de estudo e pesquisa que procura desenvolver elementos para instrumentalizar a agricultura sustentável.

Sobre este assunto, em seu trabalho intitulado *Agricultura sustentável: origens e perspectivas de um novo paradigma*, Eduardo Ehlers (1999) faz uma revisão conceitual e aponta as principais características que definiriam a sustentabilidade em uma exploração agrícola. Seriam elas:

- Manutenção ao longo prazo dos recursos naturais e da produtividade agrícola;
- Mínimo de impactos adversos ao ambiente;
- Retorno adequado aos produtores;
- Otimização da produção das culturas com o mínimo de insumos químicos;
- Satisfação das necessidades humanas de alimentos e de renda;
- Atendimento das necessidades sociais das famílias e das comunidades rurais.

Concluindo, a partir do apontado acima e das definições de sustentabilidade apresentadas, principalmente a proposta por Sachs (2000), podemos deduzir que a agroecologia proporciona conceitos e ferramentas necessários para a transição para uma agricultura sustentável. Ela abre a porta para o desenvolvimento de novos paradigmas na agricultura, não só porque incorpora uma nova relação entre agricultura e ecologia, mas também porque valoriza o conhecimento local e empírico dos agricultores, a socialização desse conhecimento e sua aplicação ao objetivo comum da sustentabilidade.

É necessário reafirmar, porém, que esta transição é processual, está longe de ser unilinear e não tem um resultado previsível. De fato, de acordo com Buttel (1995), desde o final do século passado há uma crescente “ecologização” através da internalização de valores ambientais na agricultura e na opinião pública em geral, bem como nas políticas públicas. No entanto, as modificações propostas contemplam um amplo espectro de visões, que Caporal e Costabeber (2000) agrupam em duas linhas: a ecotecnocrática e a ecossocial.

A ecotecnocrática identifica aqueles autores que procuram uma melhora das tecnologias utilizadas pelo modelo convencional, no sentido de torná-las menos danosas ao meio ambiente. Também chamada de Revolução Duplamente Verde, fundamenta-se numa menor utilização de insumos agroquímicos e energia fóssil, mas admite inclusive o uso de sementes transgênicas e outras técnicas modernas. Esta corrente privilegia a utilização de mecanismos de mercado para induzir a adoção destas técnicas melhoradas.

A corrente ecossocial engloba os movimentos ditos “alternativos”, que visam mudanças mais profundas na sociedade, inclusive buscando um novo padrão na produção agrícola. Esse modelo se fundamenta na utilização de tecnologia tradicional e moderna, respeitando as condições do ecossistema local e promovendo a participação ativa e consciente dos diversos atores envolvidos no processo. Os autores destacam a necessidade de promover não apenas a solidariedade diacrônica (intergeracional), mas também a sincrônica (intra-geracional), estabelecendo um pacto social.

### 3. Planejamento Participativo e Desenvolvimento Rural Sustentável

Entende-se por planejamento participativo, a prática de englobar o público alvo em todo o processo de um plano, buscando sua participação ativa e consciente desde o estabelecimento e priorização das metas e objetivos, bem como do estabelecimento das ações para a execução do mesmo, objetivando, num sentido mais amplo, o “empoderamento”<sup>2</sup> das comunidades beneficiadas em relação à sociedade como um todo, além de gerar acordos que impliquem em compromissos dos participantes na implementação das propostas. Sua origem deriva do modelo de Planejamento Comunicativo defendido pelos “Novos Humanistas”, o qual ganhou força a partir do final da década de 70 defendendo a necessidade “... *de uma consciência cívica, de formação de uma vontade política atingível através de um maior grau de reflexão e de consciência da humanidade em direção a uma justa emancipação*” (Lopes, 1990, p. 50).

Já os anos 80 trazem a ascensão das organizações não governamentais como elemento importante para a promoção do desenvolvimento rural, sendo consideradas mais eficientes que as organizações estatais justamente pela maior proximidade com as comunidades, o que proporcionaria uma participação mais efetiva.

Como parte integrante do ideal da sustentabilidade, o planejamento participativo será invocado como de fundamental importância. Discorrendo sobre o desenvolvimento sustentável, denominado por ele de ecodesenvolvimento, Sachs (2000, p. 75) afirma que a melhoria do nível de vida das populações deve passar por um “*processo participativo de identificação das necessidades, dos recursos potenciais e das maneiras de aproveitamento da biodiversidade*”, sendo obrigatório o envolvimento de diversos atores sociais (população local, autoridades, associações civis, agentes públicos e privados, entre outros), gerando o que ele define como uma “*gestão negociada e contratual dos recursos*”.

Com relação à reforma agrária, é somente na segunda metade da década de 90 que diretrizes específicas para o planejamento das áreas de assentamento são elaboradas sob a égide da sustentabilidade. Assim nasceu o Projeto Lumiar, que, instituído pelo INCRA no final da década de 90, tinha como objetivo principal, além de fornecer assistência técnica aos assentados, a elaboração do “Plano de Desenvolvimento Sustentável”, PDSA, das áreas atendidas, sendo que, em sua concepção, a sua implantação deveria ser de forma descentralizada através do repasse de recursos às comunidades, as quais, por sua vez, contratavam as equipes técnicas previamente credenciadas pelo INCRA.

Após a extinção do Projeto Lumiar, o planejamento participativo em áreas de reforma agrária volta à pauta com o lançamento do programa intitulado “O Novo Mundo Rural” em 1998, agora em uma visão claramente liberal, propondo dar condições aos assentados para que estes “*desenvolvam atividades produtivas em níveis de competitividade, dentro da realidade e das perspectivas do negócio rural num mundo globalizado*” (Brasil, 1999, p.06). Dentro deste contexto, a questão do desenvolvimento sustentável torna-se peça chave, sendo transferidas para empresas e organizações não-governamentais as atividades e ações para sua implementação nos assentamentos. Para tanto, as áreas de assentamento

---

<sup>2</sup> De acordo com a Rede EICOS, 2004 “O conceito de empoderamento vem sendo discutido desde os anos 70, propondo, a partir de questões referentes ao desenvolvimento sustentável, a autogestão de recursos políticos, econômicos e sociais como forma de diminuição da pobreza, indo além das noções de democracia, direitos humanos e participação para incluir a possibilidade de compreensão a respeito da realidade do meio (social, político, econômico, ecológico e cultural), proporcionando reflexão sobre os fatores que dão forma ao meio ambiente bem como à tomada de iniciativas no sentido de melhorar sua (público focado) própria situação.”



criadas a partir de 1998 passaram a contar com crédito específico para contratação de entidades interessadas na elaboração dos PDSA's. A partir de então, o “Roteiro Básico” para a elaboração dos planos, criado à época do Lumiar pelo INCRA, passa a ser o “Roteiro Mínimo Comum”<sup>3</sup>, sendo revisado e ampliado e passando a conter também, os indicadores para monitoramento e implementação dos planos.

Os princípios básicos que regem o “Roteiro Mínimo” são calcados na premissa de que o processo de desenvolvimento deve partir de uma visão local, com forte participação dos beneficiários, no caso os assentados, o poder público e das diversas organizações atuantes na região em foco. Resumidamente, os princípios básicos são: sustentabilidade, planejamento participativo, eficiência econômica, divisão de responsabilidades, integração rural-urbana e regional, integração com os municípios e preservação ambiental (ADIB,1998).

#### **4. O PA Dandara dos Palmares e seu PDSA**

O Assentamento Dandara dos Palmares está situado no município de Camamu, a cerca de 24Km da sede, na região do Baixo Sul do estado da Bahia, também conhecida como região cacauzeira. Considerando-se os recursos naturais, trata-se de uma das áreas mais bem dotadas do estado da Bahia, caracterizando-se como uma região tropical úmida, com temperaturas anuais médias entre 22° e 25° C e pluviosidade média de 2.583 mm em regime de chuvas abundantes, distribuídas durante o ano.

A vegetação típica da região é a Mata Higrófila Sul Baiana, Floresta Perenifólia conhecida como Mata Atlântica, e seus biomas associados – os manguezais e restingas. Vegetação esta que, embora esteja hoje bastante alterada pelas atividades pecuarista e extrativista, apresenta ilhas de vegetação remanescente, sendo uma das maiores preocupações mundiais devido à sua imensa biodiversidade. Apresenta árvores de grande porte concentrando grande volume e variedade de madeiras de valor e importância econômicas.

A história do PA Dandara dos Palmares começa oficialmente em 21 de dezembro de 1998, data em que é criado pelo INCRA. Entretanto, a luta pela terra dos trabalhadores que hoje nela vivem começou muito antes, em consequência da grave crise da cacauicultura que se abateu na região a partir de 1987, com a queda internacional dos preços, em função dos níveis elevados dos excedentes mundiais de produção. As irregularidades climáticas verificadas desde 1987/88 e a ocorrência da doença ocasionada por um fungo, conhecida como vassoura-de-bruxa, são fatores que acentuaram ainda mais esta crise.

A diminuição da produção da lavoura cacauzeira provocou um forte problema social com o desemprego em massa e o êxodo rural, mas, ao mesmo tempo, abriu um espaço favorável à Reforma Agrária, forçando uma maior atuação do setor público que, pressionado pelos movimentos sociais organizados, desapropriou um significativo número de fazendas na região.

Em março de 1998, teve início os trabalhos de vistoria e avaliação do imóvel pelo INCRA e em agosto do mesmo ano a área foi decretada improdutiva e de interesse para a reforma agrária, sendo finalmente desapropriada com o assentamento de 65 famílias em uma área aproximada de 1.300,00 ha.

---

<sup>3</sup> O Roteiro Mínimo foi produzido pelo IICA – Instituto Interamericano de Cooperação Agrícola, através de um acordo de cooperação técnica com o INCRA. Inicialmente elaborado como uma “proposta” para a apresentação do PDSA e para a definição de indicadores de monitoramento da implantação do mesmo por parte das equipes elaboradoras e comunidades, o Roteiro acabou se transformando obrigatório (N.A.).

O PA Dandara dos Palmares foi contemplado com recursos para a elaboração do PDSA e serviços topográficos em 1999, sendo o SASOP – Serviço de Assessoria a Organizações Populares Rurais, a empresa escolhida pelos assentados para desenvolver os trabalhos, os quais se iniciaram em princípio de 2000.

De acordo com o SASOP, uma organização não governamental que presta assistência técnica a diversas comunidades rurais, a primeira etapa de elaboração do plano foi o de esclarecer as famílias sobre as fases que contêm o mesmo, ou seja, diagnóstico e planejamento, procurando facilitar a compreensão das mesmas.

Em seguida, foi feito o levantamento de dados secundários e o diagnóstico, para o qual foram utilizadas diversas ferramentas do Diagnóstico Rápido Participativo “*que são aplicadas em grupo e tem um forte componente visual, permitindo e estimulando a participação de todos na construção e discussão dos diversos diagramas*” (SASOP, 2001,p. 01). Os dados levantados nesta etapa foram complementados pelo levantamento topográfico e pelo levantamento de solos.

A partir dos dados do diagnóstico, o planejamento participativo teve seqüência sendo os temas abordados em grupos de diversas composições, permitindo assim, de acordo com o SASOP, a construção do futuro desejado e os possíveis caminhos para atingi-lo.

De acordo com o INCRA, a primeira versão do PDSA do PA Dandara dos Palmares foi apresentada em 2002, contendo as informações do diagnóstico e futuro desejado. Entretanto, devido a vários problemas de adequação às normas exigidas, a versão completa, inclusive com as peças técnicas dos trabalhos de levantamento topográfico, somente foram entregues em 2003.

Resumidamente, o produto apresentado pela comunidade, sob a coordenação e orientação do SASOP, contém em seu futuro desejado as seguintes diretrizes:

- **Sistema Produtivo:** manutenção da cultura do cacau como sua base, acompanhada das lavouras de dendê, guaraná e café. Outros cultivos, tais como pimenta do reino, banana, açaí, seriam incorporados como forma de diversificação do sistema. A pecuária bovina em modo agropastoril e a piscicultura também seriam implantadas no PA.

- **Serviços sociais:** abastecimento de água e energia nas casas, destinação adequada dos dejetos humanos, ensino fundamental e atendimento de primeiros socorros no próprio PA e acesso ao ensino de segundo grau, foram temas levantados pela comunidade como o cenário almejado para o futuro.

- **Ambiente natural:** como forma de assegurar a sua manutenção houve consenso quanto ao “... *uso inteligente de todos os recursos naturais disponíveis no Assentamento, possibilitando a geração de renda a partir de atividades de perfil ecológico...*” (SASOP , 2001, p.50).

- **Organização social:** ampliação da participação e poder de decisão de jovens e mulheres e, paralelamente, buscar o fortalecimento e articulação da associação dentro do espaço local e regional foi o proposto como o cenário desejado pelas famílias.

## 5. Material e Métodos

Para o levantamento das informações necessárias foi elaborado um roteiro de entrevista semi-estruturado no qual se buscou investigar pontos que pudessem esclarecer o impacto do PDSA no cotidiano das famílias assentadas. Para tanto as questões foram abordadas de acordo com os seguintes tópicos: estrutura familiar e condições sociais das famílias; associativismo e participação; meio ambiente e adoção de práticas agrícolas que visem a sustentabilidade; comercialização e formação de renda; créditos e assistência técnica.

Como forma de se garantir a representatividade foi definida uma amostra de 20 famílias assentadas, o que significa 30,77% do total. As famílias foram escolhidas aleatoriamente por sorteio, a partir da lista de beneficiários fornecida pelo INCRA, sendo as entrevistas realizadas nas residências dos trabalhadores em abril de 2004.

Com relação às informações sobre as benfeitorias de uso coletivo, o acesso a serviços e parcerias com instituições governamentais ou não, foi utilizado um segundo roteiro de entrevista, o qual foi aplicado de forma coletiva, em uma reunião que incluiu membros da diretoria da associação local e demais assentados. Além disso, foram realizadas entrevistas com informantes chaves, os quais participaram na elaboração dos PDSA's.

Os dados obtidos foram tabulados e analisados através do programa SPSS – *Statistical Package for the Social Science*, o qual foi especialmente desenvolvido para utilização na área das ciências sociais.

## 6. Resultados e Discussão

As 65 famílias do PA Dandara dos Palmares tem a sua disposição uma área total de 422,49 ha para exploração agropecuária, perfazendo uma média de 6,50 ha por família. Além desta, existem 233,39 ha considerados como de preservação permanente, 616,11 ha demarcados como de reserva legal e 25,80 ha de terras impróprias para uso agrícola, totalizando 1.297,79 ha.

Desta forma, a área designada como reserva legal perfaz cerca de 47% da área total do PA e, se somarmos a área de preservação permanente, teremos 65% de área destinada à conservação dos recursos naturais, enquanto a área destinada à produção ocupa apenas 32,5% do PA.

Em uma primeira análise, este dado pode parecer positivo sob o ponto de vista ambiental, porém, se os agricultores não estiverem bem seguros dos motivos desta distribuição espacial e, caso não haja um controle permanente e um resultado positivo das atividades produtivas haverá uma enorme pressão para a utilização deste estoque de recursos, tornando-se este um motivo de preocupação.

Quanto às moradias, após o recebimento dos créditos destinados à implantação do projeto, a comunidade optou por construir as habitações agrupadas em uma agrovila, sendo as casas construídas em tijolo e cobertura cerâmica, possuindo em seu projeto básico um total de cinco dependências.

Há fornecimento de energia em 100% das habitações, entretanto não há fornecimento de água, a qual é coletada em rios e riachos que cortam o assentamento, sendo este um dos principais problemas enfrentados pela população, pois, embora as casas possuam banheiro, apenas 30% das famílias entrevistadas os utilizam. Alegando a falta de água encanada, os outros 70% têm como destino dos dejetos humanos o mato e, em 65% dos casos, sem nenhum tipo de esgotamento, o que torna alto o risco de contaminação das fontes.

Ainda em relação à água para consumo humano, 80% das famílias entrevistadas alegaram fazer uso de algum tipo de tratamento antes de consumi-la. Neste caso, o tratamento químico através do hipoclorito de sódio é o mais utilizado, sendo o material recebido da Prefeitura através de uma agente de saúde, moradora do local (Tabela 01).

Tabela 01: Dados sobre o tratamento da água consumida (%)

<b>Faz algum tipo de tratamento da água?</b>	
Sim	80,0
Não	20,0

<b>Tipo de tratamento*</b>	
Ferve	10,0
Filtra	35,0
Químico	60,0

Fonte: Dados de pesquisa, 2004

\* As respostas podem ser múltiplas

Com relação ao lixo doméstico, não há sistema de coleta sistemática, sendo seu destino mais comum (80,0 % dos casos estudados) o terreno da casa na agrovila. Conforme levantado, a maioria das famílias afirmou que já recebeu algum tipo de orientação sobre o destino e tratamento do lixo, sobretudo feito pelo SASOP, havendo seleção em 90,0% das residências (Tabelas 02 e 03).

De acordo com o verificado, a maior preocupação se dá em relação aos materiais plásticos, pois 80,0% dos entrevistados afirmaram selecioná-los, sendo o fogo a maneira mais utilizada para eliminá-los. Já o metal e o vidro não merecem tanto destaque, pois em apenas 45% das casas eles são separados, geralmente sendo enterrados ou amontoados em espaço reservado e pouco reutilizados. É interessante notar que, embora 50,0% das famílias separem o material orgânico, apenas 45,0% delas declararam aproveitá-lo como adubo, as restantes simplesmente o queimam ou enterram.

Tabela 02: Dados sobre o destino e orientações em relação ao lixo doméstico (%)

<b>Destino do lixo doméstico</b>	
Lote Individual	10,0
Terreno da casa na agrovila	80,0
Área coletiva no PA	5,0
Outro	5,0
<b>Recebeu orientação em relação ao lixo?</b>	
Sim	85,0
Não	15,0
<b>Quem orientou ?</b>	
SASOP	70,0
Agente de saúde	5,0
Não respondeu/ Não se aplica	25,0

Fonte: Dados de pesquisa, 2004

Tabela 03: Seleção e reaproveitamento do lixo doméstico (%)

<b>Faz algum tipo de seleção do lixo doméstico?</b>	
Sim	90,0
Não	10,0
<b>Tipo de material selecionado*</b>	
Orgânico	50,0
Plástico	80,0
Metal	45,0
Vidro	45,0
<b>Destino do material selecionado*</b>	
Adubo	45,0

Queimado	85,0
Enterrado	30,0
Outro	25,0

Fonte: Dados de pesquisa, 2004

\* As respostas podem ser múltiplas

Estas observações são importantes, pois, conforme alerta Xavier e Dolores (2001), o pré-requisito fundamental para uma agricultura sustentável é um ser humano evoluído, cuja atitude em relação à natureza seja de coexistência, e não de exploração. Assim, ao analisarmos como a comunidade do PA Dandara dos Palmares trata seus dejetos estamos buscando indicativos das percepções e ações sobre o que representa a idéia de meio ambiente e natureza.

O cuidado em evitar a poluição por material de difícil degradação, principalmente o plástico, demonstra o aperfeiçoamento da consciência ambiental da população local, que, desta forma, busca preservar seus recursos. Porém, a falta de cuidado com as fontes de água mostra desconhecimento em relação a medidas básicas de saúde, afetando negativamente a qualidade de vida da comunidade.

Buscando identificar se o PDSA suscitou debates alusivos ao meio ambiente, e se os mesmos de alguma forma afetaram o modo de vida da comunidade, fazendo surgir novos hábitos, valores e comportamentos, foi perguntado aos agricultores se eles haviam participado de discussões referentes ao assunto durante a elaboração do plano e, caso afirmativo, qual tinha sido o tema. Como resultado, 70,0 % dos entrevistados responderam positivamente, havendo citações ao desmatamento e queimada, além da necessidade de se respeitar as áreas de preservação, como os principais tópicos tratados. Complementando, ao serem questionados, 70,0 % dos trabalhadores afirmaram utilizar o que aprenderam no seu cotidiano.

Para confrontar estas declarações, verificando a real incorporação e interiorização de novas normas de conduta ecológicas, foram levantadas informações relativas às práticas agrícolas adotadas nas áreas de exploração individuais, as quais são apresentadas na Tabela 04.

Conforme pode ser verificado, a porcentagem de respostas afirmativas quanto ao uso de desmatamento e queimada no preparo do solo e capinas, bem como a larga utilização de produtos químicos como adubos e pesticidas, contradiz ao declarado pela maioria dos entrevistados em relação ao respeito às normas preservacionistas e coloca em xeque a possibilidade de se atingir os ideais de uma agricultura sustentável, pois é princípio básico da agroecologia a manutenção da capacidade homeostática do agroecossistema, mantendo seu poder evolutivo e a disponibilidade e qualidade de seus recursos básicos.

Tabela 04 Práticas agrícolas e/ou preservacionistas adotadas\* (%)

<b>Preparo do solo</b>	
Desmatamento	60,0
Queimada	70,0
Preparo manual	100,0
Preparo c/ tração animal ou mecânica	0,0
<b>Calagem e adubação</b>	
Calcário	95,0
Adubação verde ou orgânica	30,0
Adubação química ou mineral	80,0
<b>Plantio</b>	
Morro abaixo	5,0
Em nível	0,0

Direto	5,0
<b>Conservação do solo</b>	
Curvas de nível	0,0
Cordão de vegetação	0,0
Cobertura morta	60,0
<b>Capinas</b>	
Queimada	25,0
Manual	95,0
Tração animal/mecânica	0,0
<b>Controle de pragas e doenças</b>	
Químico	90,0
Biológico	5,0
Integrado	0,0
Não faz	5,0

Fonte: Dados de pesquisa, 2004.

\* As respostas podem ser múltiplas

Assim, para a manutenção da sustentabilidade, é preciso que os processos que envolvam fluxo de energia não provoquem desequilíbrio com o entorno natural, garantindo que o gasto energético para se produzir seja menor do que o obtido em termos de biomassa. Conseqüentemente, é preciso ficar atento para as tecnologias utilizadas, considerando a necessidade que elas originam em termos de entrada de energia suplementar ao sistema (XAVIER e DOLORES, 2001 e MARTINS, 2001).

Conclui-se, portanto, que a sustentabilidade ambiental em um agroecossistema está diretamente ligada não só ao depauperamento dos recursos renováveis, mas também na utilização de tecnologias inadequadas, ou na *não existência* de tecnologias adequadas.

Como verificado na tabela 04, os artifícios utilizados nas práticas agrícolas do PA tendem a causar um impacto negativo na base de recursos naturais da área, o que deve ser corrigido imediatamente. Entretanto, ela apenas mostra o que é ou não praticado, não deixando clara a base de conhecimentos adquiridos. Portanto, não seria correto atribuir toda a culpa aos agricultores ou à empresa elaboradora do PDSA, sem antes saber quais alternativas estão disponibilizadas, se há domínio sobre as mesmas e se os trabalhadores são acompanhados por uma assistência técnica de forma regular e adequada.

Buscando investigar um pouco mais sobre a base tecnológica disponível e os conhecimentos técnicos dos agricultores, foram feitos alguns questionamentos sobre os principais problemas enfrentados por eles e suas soluções possíveis (Tabela 05).

Tabela 05: Principais problemas existentes nos lotes, suas causas e soluções.

Problema*	Possui?			Sabe a causa?***			Sabe a solução?***		
	Sim	Não	NS/ NR	Sim	Não	NS/ NR	Sim	Não	NS/ NR
<i>Erosão</i>	30,0	60,0	10,0	67,0	33,0	0,0	17,0	83,0	0,0
<i>Encharcamento</i>	65,0	25,0	10,0	61,0	31,0	8,0	15,0	62,0	23,0
<i>Desmatamento</i>	0,0	90,0	10,0	0,0	0,0	100,0	0,0	0,0	100,0
<i>Contaminação por agrotóxico</i>	15,0	75,0	10,0	100,0	0,0	0,0	100,0	0,0	100,0
<i>Contaminação por esgoto Doméstico</i>	20,0	70,0	10,0	75,0	25,0	0,0	25,0	75,0	0,0

<i>Contaminação por lixo Doméstico</i>	5,0	85,0	10,0	100,0	0,0	0,0	0,0	100,0	0,0
<i>Outro</i>	10,0	80,0	10,0	0,0	0,0	100,0	0,0	0,0	100,0

Fonte: Dados de pesquisa

\* As respostas podem ser múltiplas;

\*\* Os números referem-se aos que responderam positivamente aos problemas citados.

O problema mais freqüentemente relatado foi o do encharcamento, o qual ocorre principalmente pelas características do solo predominante na área. Assim, 65,0% dos entrevistados alegaram que ele ocorre em seu lote e destes, 61,0% afirmaram conhecer o que o gera, mas somente 15,0% arriscaram uma possível solução para esta inconveniência. Em segundo lugar, a erosão aparece como queixa para 30,0% dos agricultores, sendo suas causas conhecidas por 67,0% deles, embora apenas 17% saibam como resolver o problema.

De acordo com o levantado, excetuando-se a questão relativa à contaminação por agrotóxicos, apesar dos trabalhadores, na maioria das vezes, terem consciência dos agentes causais dos principais problemas ambientais ocorrentes, eles não tem conhecimento técnico de como lidar com eles, ou de quais seriam as soluções plausíveis para tais questões.

Mais uma vez, é interessante notar que, embora 60,0% dos agricultores afirmarem que desmatam na fase de preparo do solo (Tabela 04), nenhum deles considerou esta prática como um “problema”, ou algo que precisa ser solucionado, o que indica que este método pode estar incorporado à rotina das famílias, sem ainda ser percebido como uma prática danosa ao ambiente, embora, no discurso, conforme já relatado neste trabalho, a grande maioria o condene.

Outro ponto contrastante e que merece nota é o fato de 20,0% dos entrevistados afirmarem que possuem sistema de produção em processo de certificação ambiental, no caso o cacau orgânico, porém, como verificado na Tabela 04, 90,0 % deles confessaram que usam produtos químicos no controle de pragas e doenças.

Embora o número de agricultores interessados na agricultura orgânica fosse inicialmente maior, o processo de certificação por auditoria criou barreiras, afastando uma grande parte deles. Isto nos leva a uma reflexão em relação à adequação dos mecanismos de certificação para o nível tecnológico, sócio-econômico e cultural dos agricultores, em especial do público estudado onde o nível de analfabetismo ainda supera os 28% da população com idade acima de 18 anos.

Em primeiro lugar, é preciso reconhecer que ainda há um estoque insuficiente de conhecimentos e pesquisas na área de agroecológica e que alguns problemas não apresentam soluções tecnológicas facilmente disponíveis para os agricultores familiares. Além disso, o processo de certificação pode induzir à criação de “pacotes verdes”, que representam uma mera substituição de insumos em relação ao pacote convencional. Nesse sentido, se observa que a agricultura orgânica esta adquirindo, em muitos casos, um viés acentuadamente mercadológico, se aproximando ao que definimos como corrente ecotecnocrática.

Já o enfoque alternativo mais próximo da corrente ecossocial defende mecanismos como a certificação participativa e a articulação dos mercados locais como forma de evitar este viés excludente da certificação por auditoria.

De acordo com o verificado, o caminho adotado pelo SASOP em relação ao PA Dandara, é o de inserir as práticas agroecológicas de maneira gradual e sistemática, fazendo que os próprios agricultores definam as estratégias a serem seguidas e o ritmo do processo. Isto permite a incorporação de um maior número de agricultores, que se tornam também experimentadores de soluções tecnológicas apropriadas ao contexto local. No caso analisado, um dos modelos de referência é o sistema desenvolvido pelo agricultor suíço Ernst Goetsch

no vizinho município de Pirai do Norte, reconhecido regional e internacionalmente, o qual os agricultores estão adaptando com a orientação do SASOP, para sua realidade específica.

Diferente do processo de certificação por auditoria, o qual é visto como uma imposição externa, esta via permitiria uma construção participativa gradual da transição agroecológica. Desta forma, o emprego de técnicas danosas ao ambiente, como o desmatamento, a queimada e o emprego de agroquímicos, plantio em áreas de preservação permanente (beira de rios), embora ainda ocorram com certa frequência, estariam diminuindo de intensidade, paralelamente à incorporação gradual de técnicas benéficas<sup>4</sup> como a cobertura morta, uso de plantas repelentes, entre outros.

Com relação ao acesso à assistência técnica, este se mostra como um ponto crítico no PA. Embora 90,0% das famílias tenham declarado receber a visita de um profissional da área de ciência agrária em seu lote, em 75,0% dos casos ela ocorre, no máximo, a cada três meses. Além disto, também para 75,0% dos casos, ela está ligada ao cumprimento das obrigações contratuais do PRONAF, a qual tem um caráter predominantemente fiscalizatório. Complementando, a forma de operacionalização do crédito e da assistência técnica, em alguns casos, tem induzido o uso de insumos químicos, comprometendo a transição agroecológica, conforme entrevista com os técnicos do SASOP.

De acordo com Caporal e Costabeber, 2001, o saber do agricultor familiar advém de um acúmulo de informações e conhecimentos obtidos nas relações pessoais e com o ambiente que o cerca e das interações resultantes destas relações. Este saber por sua vez, ao lado das condicionantes sócio-econômicas e ambientais, irá determinar a forma de fazer a agricultura.

Assim, em uma visão agroecológica, o papel da assistência técnica é o de suprir as unidades de produção com informações que permitam alavancar modos de agricultura e de manejo de recursos naturais que garantam a sustentabilidade. Para tanto, é preciso que a mesma perca seu caráter *difusionista* e passe a ter uma postura baseada na construção participativa do conhecimento.

De acordo com a frequência e o modelo que domina a assistência técnica no PA Dandara dos Palmares, fica difícil acreditar que este objetivo será atingido para a maioria das famílias.

Todavia, recentemente vem aumentando o interesse pelos sistemas agroflorestais e pelas práticas agroecológicas nas instituições que prestam assistência técnica na região (CEPLAC e EBDA), deixando de ser apenas uma opção de alguns profissionais que atuam nesses órgãos para se transformar numa diretriz institucional. Com relação aos órgãos de financiamento, embora permaneça uma visão ainda restrita, de liberar recursos para culturas isoladas que utilizam tecnologia convencional, começa a ocorrer uma abertura gradual, pelo menos em algumas agências para práticas agroecológicas e sistemas agroflorestais.

Continuando a investigação, uma surpresa bastante positiva foi a constatação de que em 100,0% dos lotes há um sistema agroflorestal implantado ou em implantação. De fato, o levantamento de dados no local demonstrou que, embora a cultura do cacau seja a base produtiva da comunidade, sendo aquela que os assentados reconhecem como a de maior retorno financeiro, a diversificação de cultivos é uma característica marcante das famílias entrevistadas.

De acordo com o declarado pelos entrevistados, foram listadas 38 diferentes espécies de valor agrônomo sendo cultivadas nos lotes e quintais das casas na agrovila, variando entre um mínimo de 8 e máximo de 21 diferentes tipos de plantas exploradas por cada agricultor, sendo utilizadas para alimentação, comércio ou extração, das quais as mais

---

<sup>4</sup> O uso de queimada, por exemplo, vem adquirindo um novo papel no cotidiano dos agricultores. Antes utilizada no período de seca para eliminar o máximo de vegetação possível, hoje é feita de forma a remover o excesso para facilitar as tarefas agrícolas, tendo os agricultores, aos poucos, adquirido a consciência de seus danos.



importantes, excetuando-se o cacau, são: banana, cravo, mandioca, feijão, abacaxi, jaca, milho, café, pimenta, cupuaçu, batata-doce, laranja, jiló, entre outras.

Uma vez que as plantas estão distribuídas e cultivadas conjuntamente, aproveitando-se das falhas e espaços entre as plantas de cacau e árvores utilizadas para sombreamento, e como a área média dos lotes situa-se próximo aos 5,0 ha, este modelo poderia se caracterizar como um verdadeiro sistema agro-florestal.

Ressalta-se que, embora o PDSA indique como o futuro desejado para o assentamento uma maior diversificação do sistema produtivo, verificamos em campo que, independente do plano, esta é uma prática comum dos agricultores da região, que se utilizam da estratégia de diversificar como forma de garantir a subsistência (milho, feijão, mandioca, banana, entre outros), ao mesmo tempo em que se mantém culturas voltadas para o mercado (cacau, cravo, café, pimenta) e se previnem, deste modo, de intempéries e oscilações de preços. Além disto, uma vez que o tamanho médio das propriedades familiares da região é muito pequeno (cerca de 15,0 ha) e há escassez de mão-de-obra, a diversificação torna-se uma saída eficaz para melhor aproveitamento destes recursos.

Apesar desta grande diversidade de culturas, a renda obtida por estas famílias é ainda muito baixa. De acordo com o levantamento, a renda bruta média mensal familiar é de R\$466,04, o que, à época da pesquisa, significava 1,9 salários mínimos.

É importante destacar que, deste total, a cultura do cacau participava com 45,89% e as rendas não agrícolas, as quais são principalmente o trabalho temporário em outras propriedades e o recebimento de ajuda de programas governamentais, com 25,05%, restando para o autoconsumo e a comercialização de outros produtos agrícolas apenas 29,06%, um valor muito baixo quando consideramos a variedade de plantios relacionados, realçando a necessidade de diversificar a renda.

Quanto a outras atividades não agrícolas como pequeno comércio, artesanato, etc, foi verificado que 25% das famílias as utilizam para complementar seus ganhos, principalmente no comércio de alimentos, por exemplo, pamonha e “geladinho”, porém o impacto na média geral da renda do assentamento ainda é baixo.

Em relação ao beneficiamento de produtos e agregação de valor, os resultados também não são animadores, pois somente ocorre de forma significativa na secagem do cacau e no processamento da farinha de mandioca, não aproveitando o potencial de outras lavouras como a banana, e mesmo frutas que espontaneamente ocorrem na área como a jaca.

Outro desafio imposto é o de se organizar a comercialização de modo diferenciado, evitando a presença de atravessadores e garantindo ganho de renda aos produtores, processo ainda incipiente na região como um todo.

No caso do PA Dandara dos Palmares, ao fazermos uma análise das duas culturas que são essencialmente voltadas para o mercado, o cacau e o cravo, verificamos que cerca de 95% dos agricultores entrevistados os vendem de forma individual para atravessadores, diminuindo o poder de barganha e obtendo preços relativamente mais baixos.

A forma predominante de comercialização é reflexo do próprio aspecto organizativo do PA, pois, foi verificado que a principal manifestação coletiva, ao menos em termo de participação, se dá através da associação do assentamento. Porém, esta possui um caráter estritamente formal, sendo vista mais como um mecanismo para se obter crédito e acesso a outras políticas públicas.

Reforçando esta observação, ficou constatado que houve um recuo em relação ao trabalho coletivo conforme era proposto no PDSA. Assim, embora no PDSA conste a existência de grupos de trabalho coletivo, os quais eram responsáveis por cuidar de lotes comunitários de cacau, foi verificado que estes foram extintos por iniciativa dos próprios assentados. A alegação, segundo levantado durante a pesquisa, foi a incapacidade de se manterem organizados de forma a envolver toda a comunidade com os trabalhos. Por isso, o

que antes eram roças comunitárias, hoje estão distribuídas entre os lotes individuais. Da mesma forma, em decisão mais recente, a área destinada para pastagem, até então coletiva, está sendo dividida entre as famílias para ampliação das roças de mandioca.

Paralelamente, embora existam modos não formais de organização sendo incorporados, como um grupo de mulheres e outro de jovens, a ação destes ainda é incipiente, embora apresentem potencial de crescimento, bastando apenas serem incentivados.

Ao mesmo tempo, algumas propostas apresentadas no plano refletem apenas a expressão dos “sonhos” da comunidade, pois não apresentam viabilidade prática, ao menos a curto e médio prazo, como, por exemplo, o caso de eco e agroturismo no PA.

## **7. Conclusões**

Tomando como base as dimensões da sustentabilidade propostas por Sachs, podemos fazer as seguintes conclusões em relação à área estudada:

- **Social**

No que se refere à dimensão social, podemos considerar que a própria criação do PA Dandara tornou-se um fator de distribuição de renda e acesso a recursos. Porém, as dificuldades observadas na área em relação ao acesso a serviços como transporte, educação e saúde, mostram as barreiras a serem transpostas para se atingir a equidade, a qual revela-se ainda insuficiente para considerar esta dimensão plenamente satisfeita.

- **Cultural**

De acordo com o verificado, embora haja esforços do SASOP e da própria comunidade em resgatar e manter as tradições da agricultura familiar da região, como a policultura e a busca pela segurança alimentar, ainda existem fortes pressões para a adoção de pacotes tecnológicos e o uso de insumos, retardando o processo de transição para a sustentabilidade. Faz-se urgente a flexibilização dos critérios para financiamento, o qual deve ser amarrado a uma assistência técnica melhor preparada para este tipo de público. Até mesmo o processo de certificação do cacau orgânico mostrou-se danoso, configurando-se como uma exigência externa no sentido de se adotar um “pacote verde”.

- **Ecológica/ambiental:**

Certamente esta é a dimensão com maiores avanços no PA Dandara. Embora certas práticas como a queimada e o uso de agroquímicos ainda estejam presentes de forma generalizada, há um forte indicativo de que elas estão diminuindo de intensidade, ou mesmo sendo interpretadas com diferente significado pelos assentados. Pelo menos no discurso, há a incorporação de importantes conceitos como em relação às áreas de preservação permanente e reserva legal. Porém, há muito que se avançar para que a agricultura do assentamento seja considerada ecologicamente sustentável.

A maior preocupação neste aspecto, se faz em relação à desproporcionalidade entre as áreas de reserva legal e preservação permanente e as áreas destinadas aos cultivos. Não que esteja se propondo diminuir as áreas das primeiras, revertendo-as para o plantio, mas, com certeza, é possível seu uso alternativo, como apicultura, coleta seletiva, entre outros, o que deveria ter sido previsto no PDSA. Desta forma, haveria a prevenção contra possível

degradação, pois, a partir do momento que a comunidade vislumbrasse uma utilidade para as mesmas, haveria a tendência da população local em preservá-la com maior afinco.

- **Territorial**

Existem atualmente no município de Camamu 11 assentamentos de Reforma Agrária, os quais tem gerado impactos econômicos e sociais sensíveis e permitido o surgimento de uma agricultura mais diversificada. Os recursos do PRONAF destinados a estas áreas, por exemplo, tem incentivando comércio local, injetando recursos na economia local. Desta forma, a crise do cacau, a despeito do seu negativo para os produtores, tem também gerado a oportunidade de se promover um desenvolvimento regional mais equitativo e socialmente incluyente.

- **Econômica:**

Embora a diversificação de cultivos seja uma realidade no assentamento, ainda há uma forte dependência em relação ao cacau na formação da renda, a qual se mostrou baixa. Este fato pode ser parcialmente explicado pelo relativo pouco tempo de existência do assentamento, pois algumas culturas implantadas ainda não se encontram em fase de produção. Porém, conforme levantado, diferentemente do esperado, o autoconsumo participa com peso relativamente baixo na renda, comprometendo a segurança alimentar. Paralelamente, o sistema de comercialização e de agregação de valores aos produtos ainda é incipiente, merecendo ser focado pela importância e peso na composição da renda familiar.

- **Política**

De acordo com Leite et al (2004), em estudo sobre o impacto dos assentamentos em algumas regiões do país, embora não se tenha havido uma profunda modificação na estrutura fundiária dos estados onde estão inseridos, eles permitiram a formação de uma nova consciência, pois, desde o início da luta pela terra há a um aprendizado sobre a importância das formas organizativas e sua capacidade de gerar demandas, impondo às comunidades uma maior participação política.

A capacidade organizativa do PA Dandara dos Palmares comparativamente ao observado na região onde está inserido, apresenta-se melhor estruturada. A participação na associação mostrou-se massiva e existe um grupo de mulheres em atividade e outro de jovens em formação, embora ainda incipientes. Contudo é preciso que a associação dos assentados perca seu caráter meramente burocrático, revelando o viés de ser ela uma entidade de prestação de serviços de promoção humana e social aos moradores locais, um canal para a manifestação de seus problemas e anseios. Neste aspecto, é preciso fomentar uma participação mais ativa da população na gestão do assentamento. Porém, conforme ficou constatado, fica difícil acreditar na participação “*consciente*” da população se avaliados os indicadores de escolaridade da comunidade estudada, o que pode ser estendido a nível macro para todo país.

Concluindo, verifica-se que o PDSA do assentamento Dandara dos Palmares serviu para iniciar as discussões e pensamentos sobre os caminhos para se alcançar uma agricultura sustentável. Porém, para se avançar, é preciso antes uma articulação do que foi proposto no Plano com a capacitação dos atores envolvidos, em especial da comunidade, além da garantia de uma assistência técnica apropriada, do desenvolvimento de tecnologias, destinação de créditos e outras políticas públicas, os quais devem incorporar a visão agroecológica.

No caso analisado, a presença do SASOP permitiu que se realizassem certos avanços na adoção de práticas agroecológicas, embora o processo de conscientização esteja ainda em construção.

Em suma, o presente trabalho realça o caráter gradual da transição e a necessidade de se adotar um modelo participativo, adequado à realidade local, como ferramenta chave para o desenvolvimento sustentável.

### Referências Bibliográficas

- ADIB, A. R. **Orientações básicas para formulação de PDSA'S da reforma agrária**. Ceará: Projeto de Cooperação Técnica PCT/INCRA – IICA, 1998. 33 p.
- ALTIERI, M. **Agroecologia: a dinâmica das inovações na agricultura**. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 2000, 110 p.
- BRASIL,MEPF/INCRA-MA/SDR. **Agricultura familiar, reforma agrária e desenvolvimento local para um novo mundo rural**. Brasília, 1999, 36 p.
- BRUSEKE, F. O problema do desenvolvimento sustentável. In: CAVALCANTI, C. **Desenvolvimento e natureza: estudos para uma sociedade sustentável**. S. Paulo: Cortez, 2001, p. 29-40.
- BUARQUE, S. **Metodologia de planejamento do desenvolvimento local e municipal sustentável**. Brasília: Projeto de Cooperação Técnica PCT/INCRA /IICA, 1998. 106 p.
- BUTTEL, F. Transiciones Agroecológicas en el siglo XX: análisis preliminar.In: **Agricultura y Sociedad**, N. 74, p. 9-37, ene./mar. 1995.
- CAPORAL, F. e COSTABEBER, J. Agroecologia e desenvolvimento rural sustentável: perspectivas para uma nova extensão rural. In: **Agroecologia (CD-ROM)/ EMATER/RS-ASCAR – Porto Alegre: EMATER/RS, 2001.**
- EHLERS, E. **Agricultura sustentável: origens e perspectivas de um novo paradigma**. 2º ed. Guaíba: Agropecuária, 1999. 157 p.
- GUZMAN, G.; GONZALES, M. e SEVILLA, E. **Introducción a la agroecologia como desarrollo rural sostenible** . Mundi – Prensa, Madri, 2000, 535 p.
- LOPES, C. **Planejamento, estado e crescimento**. São Paulo: Pioneira, 1990, 205 p.
- MARTINS, S. **Agricultura, ambiente e sustentabilidade: seus limites para a América Latina**. CD-ROM/EMATER/RS. Pelotas, 2001.
- MÜLLER, J. **Do tradicional ao agroecológico: as veredas das transições (O caso dos agricultores familiares de Santa Rosa de Lima/ SC)**. Dissertação de Mestrado. UFSC. Florianópolis - 2001
- PETERSEN, P. **Participação e desenvolvimento agrícola: uma visão estratégica com ênfase na etapa do diagnóstico**. (datil.) R. de Janeiro, 1996.
- REDE EICOS. **Empoderamento**. Disponível em [www.eicos.psychology.ufrj.br](http://www.eicos.psychology.ufrj.br), acesso em julho de 2004.
- SACHS, I. **Caminhos para o desenvolvimento sustentável** / organização: Paula Yone Stroh. Rio de Janeiro: Garamond, 2000, 96 p.
- SASOP. **Plano de Desenvolvimento Sustentável do Assentamento Dandara dos Palmares**. Camamu, 2001, 79p.
- SCHUMACHER, E. **O negócio é ser pequeno**. Trad. Octávio Alves Velho. 4º Ed. R. de Janeiro: Zahar Editores, 1983. 261 p.
- SEN, A. **Desenvolvimento como liberdade**. S. Paulo: Companhia das Letras, 2000, p. 9-108.
- SOARES, A. **Conceitos básicos sobre a permacultura**. Brasília: MA/SDR/PNFC, 1998, 53 p.

VIVAN, J. **Agricultura e florestas**: princípios de uma interação vital. Guaíba: Agropecuária, 1998, 207 p.

XAVIER, S. e DOLORES, D. Desenvolvimento rural sustentável: uma perspectiva agroecológica. In: **Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável**. Porto Alegre, v.2, n.2, abr./jun. 2001, p.17-26.